

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Empresa	Valor da adjudicação sem IVA (euros)
Recuperações na escola primária de Penamacor/vedação Centro de Congressos Ribeiro Sanches — climatização e telecomunicações.	Ajuste directo Concurso limitado	António J. Cruchinho & Filhos, L. ^{da} AMBISTORE	24 931,53 99 933,70

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Domingos Manuel Bicho Torrão*.

CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Aviso n.º 10 578/2007

Renovação de contratos

Em conformidade com a alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara, e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foram renovados os contratos com os funcionários abaixo mencionados e até à data mencionada:

Ana Paula dos Santos Antunes — 5 de Janeiro de 2008.

Ricardo José Pedro Rosário e Álvaro Duarte Freire Luís — 18 de Janeiro de 2008.

António Alfredo Simões Braga de Oliveira — 21 de Janeiro de 2008.

Irene Conceição Simões Silva e Fernanda Conceição Mendes — 16 de Fevereiro de 2008.

Mafalda Isabel Saraiva Palrinhas — 21 de Fevereiro de 2008.

José da Piedade Dias e Armando Vítor Rodrigues Lopes — 28 de Fevereiro de 2008.

Maria Isabel Almeida Teixeira — 1 de Abril de 2008.

Maria Manuela Simões Ferraz — 5 de Abril de 2008.

Marco Diogo da Piedade Antunes — 2 de Maio de 2008.

Dália Cristina Monteiro Berardo — 27 de Julho de 2008.

4 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Simões Júlio*.

2611018266

Aviso n.º 10 579/2007

Contratos de trabalho a termo resolutivo

Em conformidade com a alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que por despacho do presidente da Câmara, e nos termos do disposto na alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, se procedeu à contratação a termo certo, pelo prazo de um ano, e a partir da data mencionada, com:

Filomena Maria Fernandes Pedro, auxiliar de acção educativa — 25 de Setembro 2006.

Elisabete Maria Ferreira Dias, técnica profissional de 2.ª classe (arquivo) — 6 de Novembro 2006.

Ana Sofia Fernandes Rebelo Martins Brandão, técnica de 2.ª classe (turismo) — 17 de Abril 2007.

4 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Simões Júlio*.

2611018262

Aviso n.º 10 580/2007

Reclassificações

Nos termos do prescrito no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e após ter sido dado cumprimento ao preceituado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, torna-se público que o presidente da Câmara Municipal de Penela, por despacho de 2 de Maio de 2007, procedeu à reclassificação profissional de:

Carla Sofia Costa Rodrigues, telefonista, na categoria de assistente administrativo, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Atendendo a que a referida funcionária exerce funções inerentes à da carreira/categoria de assistente administrativo há mais de um ano, é dispensada a nomeação em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro;

Arménio dos Santos Mendes, tractorista, na categoria de motorista de pesados, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Atendendo a que o referido funcionário exerce funções inerentes à da carreira/categoria de motorista de pesados há mais de um ano, é dispensada a nomeação em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Mais se torna público que a nomeada deverá aceitar o lugar na nova categoria no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (A referida nomeação está isenta de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Simões Júlio*.

2611018264

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Edital n.º 490/2007

José Manuel Almeida de Medeiros, vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, com competências delegadas pela presidente da Câmara, torna público que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, por deliberação tomada em sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Ponta Delgada, declarou a utilidade pública de carácter urgente para efeitos de expropriação da parcela de terreno abaixo identificada:

Parcela n.º 67, com 31 460 m², que integra um prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 67, secção 1, da freguesia de São Pedro, e descrito sob o n.º 1133/São Pedro na Conservatória do Registo Predial, propriedade na proporção de um quarto de Maria Helena Arruda Gouveia, residente na Rua do Padre Serrão, 61, Peniche; na proporção de três oitavos de NOVAÇOREANA — Sociedade Imobiliária, L.^{da}, com sede na Rua da Cruz, 14, 2.º, Ponta Delgada, e na proporção de três oitavos de António Manuel Furtado Maia, residente no Aldeamento de São Gonçalo, Rua do Norte, 11, Ponta Delgada.

A expropriação tem por fim a empreitada de infra-estruturas rodoviárias do futuro parque urbano de Ponta Delgada.

Aquela deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, considerando que o projecto em apreço está previsto no Plano de Urbanização de Ponta Delgada e áreas envolventes em vigor.

9 de Maio de 2007. — O Vereador, *José Manuel Almeida de Medeiros*.

Edital n.º 491/2007

José Manuel Almeida de Medeiros, vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, com competências delegadas pela presidente da Câmara, torna público que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, por deliberação tomada em sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Ponta Delgada, declarou a utilidade pública para efeitos de expropriação da parcela de terreno abaixo identificada:

Parcela n.º 45 — prédio rústico com a área de 63,90 m², sito na freguesia de Relva, concelho de Ponta Delgada, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 45, secção 16, da respectiva freguesia, e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 35384, a fl. 168 do livro B-99, pertencente a Duarte Miguel da Silveira do Canto Tavares, residente na Rua do Padre Serrão, 12, Ponta Delgada.

A expropriação tem por fim a execução da requalificação da Canada dos Valados, Arrifes, Ponta Delgada.

Aquela deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, considerando que o projecto